

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012 – NÚMERO 13/2012

Aos dez dias do mês de Julho do ano de dois mil e doze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezoito horas.

Registou-se a ausência do Vereador João Pedro Arraiolos, que se encontrava de férias.

A Vereadora Regina Ferreira compareceu com atraso à reunião, tendo dado entrada às dezanove horas e quinze minutos.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário da tesouraria do dia 9 de Julho de 2012.

Havendo munícipes na sala, o Presidente sugeriu que se antecipasse o período de intervenção do público para que não tivessem de esperar pelo final da reunião para terem a palavra.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Intervenção do munícipe Fernando Loureiro. O munícipe comentou que a Barragem dos Patudos, outrora grande pólo de atracção turística de Alpiarça, estava agora praticamente sem visitantes, e que tal se devia, segundo a sua opinião, às elevadas taxas cobradas aos pescadores, principal vertente dinamizadora do espaço. O munícipe considera que as licenças de pesca são inibidoras da prática, e que se essa inibição não se fazia sentir anteriormente, tal devia-se ao facto de o anterior fiscal não as cobrar, pelo que toda a gente pescava gratuitamente. O munícipe é ainda da opinião de que reformados do Concelho e crianças não deviam pagar, pelo que deixou à Câmara a sugestão de que se procedesse à alteração das taxas em vigor.

Para além deste assunto, o munícipe aproveitou para pedir esclarecimentos relativamente à situação do Vale Félix, terreno que fazia parte da herança de José Relvas e que agora estaria abandonado. Pediu também esclarecimentos relativamente à situação dos terrenos da antiga captação de água do Vale da Lama.

Por último o munícipe deixou ainda a sugestão de que, a exemplo do que fez Almeirim, a Câmara colocasse sinalização que indique os limites do Concelho de Alpiarça e que se colocassem ainda outdoors à entrada e saída da Vila fazendo publicidade ao Museu dos Patudos, a fim de que as pessoas que entram na vila já viessem prevenidas da existência do museu.

O Presidente começou por registar e agradecer as sugestões do munícipe. Relativamente à primeira questão, de facto a única coisa que mudou relativamente a tempos recentes foi o controlo da utilização da barragem, que agora passou a existir. De resto, as taxas são exactamente as mesmas, com a diferença da necessária actualização da moeda, dado que os preços eram indicados em escudo. Em todo o caso, o Presidente concorda que os preços são provavelmente elevados e garantiu que o assunto deverá merecer a atenção da Câmara e da Assembleia Municipal, assim como da Autoridade Florestal Nacional, entidade que deverá ratificar uma eventual alteração de tarifário. De qualquer forma, nenhuma alteração poderá acontecer a curto prazo, para além de que, dada a situação financeira da Autarquia e as obrigações decorrentes do Plano de Saneamento Financeiro em curso, a alteração de taxas poderá estar muito

condicionada. Quanto à afluência à Barragem, o Presidente não tem nenhuma nota que dê conta de um decréscimo de visitantes.

O Vereador Carlos Jorge acrescentou que por exemplo este fim-de-semana se cobraram licenças de pesca a cerca de sessenta pessoas individuais, número bastante significativo.

Relativamente à situação do Vale Félix, o Presidente explicou que ainda há pouco tempo esteve no local por questões relacionadas com a obstrução de um caminho público. Quanto ao terreno, na altura ele estava inculto, embora o Presidente não saiba que desenvolvimentos teve, pelo que se irá informar junto da AgroAlpiarça, entidade responsável pela exploração do terreno.

Quanto aos terrenos de captação de água, o Presidente não tem informação recente, tendo-se comprometido em procurar inteirar-se. Em todo o caso não está a ser feita nenhuma captação no local.

O município explicou que a sua ideia era que essa água podia ser aproveitada, em caso de necessidade, para reabastecer a barragem, recorrendo apenas à força da gravidade para fazer o transporte.

O Presidente comprometeu-se em inteirar-se do estado do percurso da água.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação da ata nº 9/2012, da reunião de 15 de Maio de 2012.

A Vereadora Sónia Sanfona comentou que lhe faltava a segunda página da acta.

Atendendo a este facto, o Presidente sugeriu que se retirasse a acta e se remetesse a sua aprovação para a próxima Reunião de Câmara.

Passou-se à apreciação e votação da ata nº 10/2012, da reunião de 29 de Maio de 2012.

A Vereadora Sónia Sanfona lembrou que a Vereadora Regina Ferreira ainda não tinha chegado a esta reunião e que ela própria tinha estado ausente da reunião a que correspondia a acta em apreço, pelo que se iria abster.

Assim sendo, o Presidente sugeriu que a acta fosse retirada e remetida para a próxima reunião.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção da Vereadora Sónia Sanfona. A Vereadora referiu-se ao problema da falta de pessoal médico no Centro de Saúde de Alpiarça. A Vereadora afirmou saber que estava prevista a substituição dos médicos cubanos a exercer em Alpiarça por outros médicos oriundos da América do Sul e que tal não veio a acontecer porque os médicos fracassaram nos testes de avaliação de competências de português, sem os quais não obtêm autorização da Ordem dos Médicos para exercer. Por este motivo os médicos cubanos não foram substituídos, criando assim uma grave insuficiência de pessoal médico ao serviço da população de Alpiarça. Entende no entanto a Vereadora, e embora acredite na liberdade de expressão, não fosse ela defensora do sistema democrático, que certas manifestações, enquanto único instrumento de reivindicação, junto de decisores políticos, não terão os resultados benéficos que muitas vezes se espera. A Vereadora não acredita que a realização de certo tipo de actividades, conquanto justas ou legítimas, seja a única forma de tentar obter ganho de causa para a satisfação das necessidades das pessoas, pelo contrário, é preciso fazer um trabalho institucional no qual possa assentar alguma base de negociação. A este propósito, a Vereadora entende que o facto de a Câmara ter cumprido com todas as suas obrigações e respeitado todos os protocolos, e atendendo ao facto de a Câmara ter procurado a vários níveis, inclusivamente com investimento próprio relacionado com a

permanência dos médicos em Alpiarça, resolver o problema da Saúde em Alpiarça, pode constituir capital interessante que poderá ser usado na negociação com os responsáveis com vista à rápida resolução do problema. Pergunta pois se esse trabalho institucional, essa procura a nível institucional de resolver o problema, tem ou não sido feito e de que forma.

Ainda sobre o mesmo assunto, e partindo do princípio que a população de Alpiarça tem características do ponto de vista do seu quadro clínico genérico, muito específicas (envelhecimento da população, quantidade de doenças crónicas, falta de transporte, iliteracia das pessoas, etc.), a Vereadora perguntou se alguma vez o Executivo pensou fazer um levantamento ou pequeno estudo sobre as características da população sob o ponto de vista do seu défice de serviços de saúde, que pudesse servir de suporte à eventual reivindicação da necessidade absoluta e imperativa de que sejam colocados médicos em Alpiarça de forma a minimizar-se o impacto dessas situações. Para a Vereadora não basta reunir com os responsáveis e explicar as necessidades da população sem suporte factual, pelo contrário, é preciso apresentar dados concretos que sensibilizem e fundamentem as pretensões.

Relativamente à educação, a Vereadora perguntou se a Câmara vai já proceder, a expensas próprias, à realização das obras de substituição do telheiro da escola sede do Agrupamento e esperar posteriormente o reembolso por parte da DREL VT, ou aguardar a assinatura do contrato.

A Vereadora referiu-se também ao Parque de Campismo, alertando para o facto de várias vezes ter verificado que existem luzes acesas, tanto as luzes das infra-estruturas como as luzes exteriores. A Vereadora perguntou se o Parque está ou não efectivamente fechado e, se sim, que fim servem as luzes, numa altura em que é fundamental não desperdiçar recursos.

Perguntou ainda se o Presidente tinha indagado no sentido de perceber o fundamento da questão que lhe foi posta na última Assembleia Municipal a propósito de uma empresa, a PROMOR, que teria o seu processo de instalação na Zona Industrial concluído aquando da tomada de posse deste Executivo. Entende a Vereadora que seria importante perceber o que há em relação a esse assunto, sobretudo porque a instalação de novas empresas em Alpiarça é fundamental para o seu desenvolvimento.

Relativamente aos autocarros da Autarquia, a Vereadora teve conhecimento de que o autocarro mais pequeno estaria avariado e necessitaria de uma reparação muito cara, o que talvez acabe por não ser compensador. Para agravar, a Vereadora sabe que o autocarro maior já tem uma certa idade, pelo que pergunta se se entende que o autocarro tem condições para continuar a prestar os serviços a que está destinado, nomeadamente ao nível do transporte escolar, atendendo à nova legislação para esse tipo de transportes. Tendo em conta este hipotético quadro de obsolescência dos equipamentos, a Vereadora perguntou se se prevê a aquisição de um novo autocarro.

Por último a Vereadora referiu-se ao projecto de combate à pobreza, denominado Contrato Local de Desenvolvimento Social, perguntando se houve desfecho desse processo e qual teria sido.

O Presidente começou por responder às questões e às observações da Vereadora relacionadas com o problema da falta de médicos, dizendo que a Câmara tem como função seguir as linhas de relacionamento institucional com as entidades responsáveis e que essa tem sido a única forma de relacionamento da Câmara com as mesmas. Já no que diz respeito aos cidadãos, o Presidente entende que existem outras formas de nos

manifestarmos, e acrescentou que a via do protesto é para muitos de nós a única forma de nos fazermos ouvir. O Presidente entende que outras vias de reivindicação das populações são perfeitamente razoáveis e poderão eventualmente também conduzir à resolução de problemas.

Relativamente aos contactos institucionais concretos iniciados pela Autarquia, o Presidente informou que tem tido a preocupação de acompanhar o processo de colocação de novos médicos junto das estruturas do Ministério da Saúde, bem como juntamente com o ACES-Lezíria II, entidade com a qual o Executivo se tem reunido frequentemente. No momento em que se começou a falar da saída dos médicos cubanos, o Executivo teve oportunidade de reunir com o Gabinete do Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Saúde, tendo na altura obtido a garantia de que estes médicos seriam atempadamente substituídos. Nessa altura foi colocada uma outra proposta em cima da mesa, a qual consistia na possibilidade de colocação de um outro médico pelo Ministério, sendo que a Autarquia asseguraria o pagamento do alojamento, ideia que ficou para análise. Entretanto, quando se teve conhecimento informal de que alguns médicos que chegaram de Cuba não teriam obtido aprovação no exame de português da Ordem dos Médicos, a Câmara tentou imediatamente salvaguardar a sua situação, entrando em contacto com o Secretário de Estado e com o Presidente da ARS-Lisboa e Vale do Tejo no sentido de pedir a marcação de uma reunião, pedido que a Câmara tem feito com insistência, embora sem grandes resultados no que respeita ao Secretário de Estado. No que respeita ao Presidente da ARS, a reunião está marcada para o dia seguinte ao desta reunião. Entretanto o Presidente tem sido questionado pela comunicação social sobre este assunto, e numa dessas entrevistas teve conhecimento pelo jornalista que o Presidente da ARS teria dito que dos médicos que estariam à espera de fazer exame de admissão à Ordem em Agosto, dois deveriam ser colocados em Alpiarça, embora o Presidente tenha sublinhado que se trata de informação indirecta que carece de confirmação. O Presidente considera de resto que a falta de comunicação institucional por parte das entidades competentes é de uma gravidade extrema.

A Vereadora Regina Ferreira chegou neste momento à reunião, eram dezanove horas e quinze minutos.

Ainda relativamente às manifestações populares, o Presidente deixou claro que sempre que haja intenção por parte da população de reivindicar os seus direitos, a Câmara não terá pejo em associar-se.

Quanto à caracterização da população de Alpiarça no que respeita às suas necessidades de assistência médica, o Presidente afirmou que a Câmara dispõe de todas as informações relativas ao Cento de Saúde, sejam os *ratios* de funcionários por utente ou o número de utentes sem médico de família, bem como as informações relativas às características demográficas da população. Esses dados são naturalmente invocados na argumentação que a Autarquia faz junto das entidades competentes.

Relativamente à substituição do telheiro na escola sede do Agrupamento, o Presidente garantiu que as obras começarão assim que for possível. O acordo de colaboração com o Ministério, devidamente assinado, deu entrada no dia em que se realizava esta reunião, pelo que a partir de agora o Gabinete Técnico arrancará com os procedimentos necessários à abertura do concurso, que deverá decorrer o mais rapidamente possível para que as obras fiquem concluídas ainda durante o mês de Agosto.

No que respeita ao Parque de Campismo, o Presidente recordou que a situação que a Vereadora reportou já tinha sido abordada em Reunião de Câmara, na sequência da qual o Presidente tinha dado instruções aos serviços para proceder em conformidade, pelo que o Presidente julgava que a situação estava resolvida. Não sendo verdade, tal deve-se unicamente à imprevidência de quem devia ter resolvido o problema. De resto, o Parque de Campismo encontra-se encerrado, embora a Autarquia tenha dado autorização aos campistas que se mantinham há vários anos no Parque para se deslocarem regularmente ao espaço para fazerem a manutenção dos seus equipamentos.

Já em relação à questão sobre a empresa PROMOR e a sua eventual instalação na Zona Industrial de Alpiarça, questão levantada durante a última Assembleia Municipal, o Presidente informou que deu instruções aos serviços para verificarem essa situação, sendo que a intenção seria preparar uma resposta por escrito a apresentar à Bancada do PS. Havendo interesse por parte das vereadoras da oposição, o Presidente comprometeu-se em trazer o assunto à próxima reunião de Câmara para conhecimento em primeira mão. Em todo o caso, o Presidente adiantou que os últimos contactos com essa empresa datam de princípios de 2006, o que faz cair por terra a ideia de que o processo de instalação dessa empresa estaria concluído aquando da tomada de posse deste Executivo e que seria por inépcia deste que a empresa não tinha vindo para Alpiarça.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que, tanto quanto se lembra, não se tentou passar essa ideia, tendo-se apenas feito a pergunta sobre a existência ou não de um eventual processo de instalação dessa empresa na Zona Industrial.

Relativamente ao projecto do CLDS, o Presidente explicou que o projecto caiu porque a Segurança Social não acedeu às condições colocadas pela Câmara de Alpiarça, quer inicialmente pelo anterior Executivo de maioria PS, quer já com este Executivo. A Câmara defendia que um projecto de combate à pobreza não poderia ter o seu orçamento praticamente esgotado no pagamento dos vencimentos de três pessoas que trabalhariam a tempo inteiro no projecto, sendo que o restante do orçamento estaria destinado a acções de formação. O Presidente recordou que a Câmara sugeriu que os vencimentos destes técnicos fossem estabelecidos de acordo com a tabela salarial da função pública e que se reformulasse o plano de acção no sentido de proporcionar outras acções mais práticas e de maior proximidade com os problemas. Depois de várias reuniões e da troca de muita correspondência a Segurança Social decidiu não aceitar as condições impostas pela Autarquia e o projecto naturalmente caiu.

Relativamente à questão dos autocarros, o Vereador Carlos Pereira confirmou que o autocarro mais pequeno está avariado há já algum tempo e que a sua reparação tem custos elevados. Não obstante, não resta outra alternativa senão mandá-lo reparar, uma vez que o autocarro grande deixará de poder fazer transporte de crianças a partir de Março/Abril, altura em que atinge a idade limite para esse tipo de serviço. A intenção da Autarquia é ainda adquirir um novo autocarro, situação que já está de resto orçamentada.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE:

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

O Presidente sugeriu que se antecipasse o ponto relativo ao Lote 110 da Zona Industrial, uma vez que os interessados estavam presentes. Não havendo oposição por parte de nenhum vereador, o ponto foi antecipado para o início do período da Ordem do Dia.

- Município de Alpiarça – Atribuição do Lote 110 da Zona Industrial de Alpiarça – Licitação.

O Presidente explicou, relativamente a este ponto, que das três propostas para aquisição do lote apresentadas, duas foram consideradas como tendo interesse para o desenvolvimento da Zona Industrial e do Concelho, sendo a outra foi rejeitada por se considerar desenquadrada com os objectivos e funções da Zona Industrial. Tendo-se deliberado na última Reunião de Câmara que a atribuição do lote seria decidida por licitação entre estas duas propostas aceites, respeitantes aos munícipes Cristiano Paulo Nunes Maria e Sérgio Fragoso Marques, o Presidente passou a palavra a Fábio Correia, Técnico Superior de Protecção Civil da Autarquia, a fim de que este conduzisse o processo de licitação.

O munícipe Cristiano Maria afirmou que na Câmara lhe garantiram que o terreno seria dele e lhe disseram para avançar com o projecto de construção, o que o munícipe fez com investimento considerável da sua parte, tendo inclusivamente feito estudos do terreno para implementação do projecto. Só mais tarde disseram ao munícipe que afinal havia mais propostas e que se procederia à licitação, situação que o munícipe considera injusta tendo em conta as garantias que lhe foram dadas inicialmente e que motivaram gastos da sua parte. Assim sendo, o munícipe declarou que não iria fazer nenhuma licitação.

O Presidente declarou ao Município que só esta Câmara reunida pode decidir sobre a atribuição do lote e perguntou quem é que das pessoas aqui reunidas lhe disse que o terreno seria dele.

O munícipe não concretizou.

O Presidente disse ainda que se alguém assumiu algum compromisso, não deveria ter assumido.

O Presidente acrescentou que injusto seria atribuir o lote à primeira pessoa que aparecesse sem aquilatar qual a proposta que melhor servia o interesse do Município. Tendo-se considerado que as duas propostas estavam em igualdade de circunstâncias, foi decidido em reunião de Câmara que a forma mais transparente e mais lisa, seria a de fazer uma licitação entre os interessados no lote, que cumprissem o regulamento da Zona Industrial, e que este é o processo que melhor defende os Municípios e a Autarquia.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que a decisão de remeter a atribuição do lote por licitação visava precisamente garantir que havia igualdade de acesso entre os dois candidatos que apresentaram projectos viáveis para o lote, e que a assumiu porque desconhecia que havia qualquer compromisso de quem quer que fosse relativamente à atribuição do lote. Assim sendo, compreende que o munícipe tenha criado expectativas e que agora exija a assunção de responsabilidades por parte de quem assumiu um compromisso que o Executivo não pode assumir. Por outro lado, a Vereadora também sabe que por vezes as pessoas assumem compromissos que não podem assumir ou que se precipitam sem má-intenção, o que muitas vezes acaba por gerar mal entendidos.

O munícipe Cristiano Maria solicita à Câmara que lhe permita implementar o seu projecto em terreno do próprio, e espera que a Câmara não concretize uma multa relativamente a uma situação que ocorreu, não tendo especificado, e que se tal vier a acontecer está preparado para agir.

O Presidente afirma que a Câmara Municipal actua mediante os regulamentos e a legislação existentes.

O munícipe Cristiano Maria questiona a situação relativa à RAN e à REN, que não faz sentido não se poder construir, tendo um terreno no qual poderia implementar o seu projecto.

O Presidente esclarece que está a decorrer a revisão do PDM desde 2004. Essas questões têm de ser colocadas, e em sede de revisão do PDM serão analisadas pela Comissão de Acompanhamento, sendo fundamental o parecer da CCDRLVT e a última palavra do Conselho de Ministros. Essas alterações não dependem da Câmara Municipal, dependem sim do processo de revisão do PDM e de um conjunto de entidades que têm de se manifestar. Esta situação não se resolve com propostas em reunião de Câmara, que não se sabe se podem ser exequíveis, resolve-se com propostas concretas, que têm de ser analisadas pelos técnicos e que têm de tramitar de forma correta.

O Presidente informou ainda, sobre o lote, que quando teve conhecimento que o mesmo estava livre, solicitou aos serviços que fossem informados todos os interessados, dessa situação, e propôs ao munícipe Cristiano Maria que se desloque um dia à Câmara para marcar uma reunião com o objectivo de esclarecer todo este processo.

O Presidente comprometeu-se a averiguar o que se passou, desde que o munícipe concretize as suas acusações.

Passou-se de seguida à licitação do lote, tendo sido oferecido por parte do munícipe Sérgio Fragoso Marques o valor mínimo de licitação, isto é, cinco euros por metro quadrado.

Não havendo mais licitações, o lote 110 da Zona Industrial de Alpiarça ficou licitado pelo munícipe Sérgio Fragoso Marques pelo valor base de cinco euros por metro quadrado para instalação de uma indústria de produção hortícola.

O Presidente propôs que a Câmara deliberasse aceitar esta licitação pelo preço base de 12.500,00€ pelos 2500 metros quadrados do lote 110 da Zona Industrial.

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aceitar a licitação do Sr. Sérgio Fragoso Marques e atribuir o lote 110 da Zona Industrial a este munícipe.

VÁRIOS:

- **Feira Nacional de Agricultura – Agradecimento.**

Deu-se conhecimento.

- **Manuela Maria Ferreira Neves – Agradecimento**

Deu-se conhecimento.

- **Município de Alpiarça – Despacho Nº 10/P/2012 – Proposta de adjudicação à empresa “ABC&E-Almourol Bar Café e Eventos, Lda.”, do Restaurante e Bar das Piscinas Municipais de Alpiarça.**

O Presidente explicou que se trata aqui de votar a cedência pelo prazo de dois anos do bar das Piscinas a esta empresa, única que apresentou uma oferta na sequência da hasta pública lançada para o efeito.

A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu que, no futuro, neste tipo de situações a Câmara exigisse outro tipo de documentação às empresas concorrentes a fim de que a decisão sobre a empresa vencedora pudesse ser mais consistente, uma vez que a maioria das vezes entrega-se os espaços públicos consoante as propostas monetárias das empresas sem que a Câmara tenha o mínimo de informação sobre as pessoas intervenientes e o historial da empresa. A Vereadora sugeriu, por exemplo, que a Câmara podia passar a pedir uma pequena carta de apresentação de cada empresa concorrente.

O Presidente concordou com esta sugestão, sugerindo que futuramente o Caderno de Encargos destes concursos tivesse uma cláusula que definisse a obrigatoriedade da entrega de uma carta de apresentação por parte da empresa concorrente para efeitos de decisão em Reunião de Câmara.

Deliberado por unanimidade aprovar a concessão do bar e restaurante das Piscinas Municipais, nas condições definidas no concurso, à empresa ABC&E-Almourol Bar Café e Eventos, Lda.

- **Município de Alpiarça – Despacho Nº 11/P/2012 – Proposta de adjudicação à empresa “Idalécia Maria Lobeiro Machacaz Pestana”, Concessão Exploração de um espaço sito no Parque do Carril – junto ao acesso ao rio Alpiarçoilo, destinado a um estabelecimento de bebidas – Quiosque Bar.**

Deliberado por unanimidade ratificar a adjudicação do espaço para exploração de um bar no Parque do Carril à empresa “Idalécia Maria Lobeiro Machacaz Pestana”.

- **Município de Alpiarça – Crial – Proposta de atribuição de apoio monetário, no valor de 150 euros por utente do Concelho de Alpiarça, para as férias que estão a organizar na pousada de juventude de Almogrove.**

Deliberado por unanimidade aprovar a atribuição do apoio monetários de 150 euros por cada uma das duas crianças do Concelho inscritas neste programa de férias.

- **Município de Alpiarça – Proposta de atribuição de subsídio para apoio à participação das equipas de Futebol Juvenil do CD “Os Águias” nos torneios “COPA FOOT21” e “19º Aveiro CUP”, no valor de 450€.**

A Vereadora Sónia Sanfona e o Presidente ausentaram-se da sala no momento desta votação cuja proposta foi apresentada pelo Vereador Carlos Pereira.

Deliberado por unanimidade dos presentes aprovar a atribuição do apoio monetário referido na proposta à secção de Futebol Juvenil do C.D. “Os Águias”.

Registou-se o regresso à sala da Vereadora Sónia Sanfona e do Presidente.

- **Município de Alpiarça – Despacho Nº 10/VF/2012 – Proposta de deliberação da ratificação do acordo de pagamento da dívida à EDP, assinado em Maio de 2012 entre a CMA, a EDP Distribuição-Energia, SA e a EDP Serviço Universal, SA.**

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou que votará favoravelmente esta proposta, uma vez que considera que uma forma de potenciar a gestão de recursos escassos é precisamente conseguir chegar a um entendimento e conseguir vantagens ou facilitação no pagamento daquilo que se deve. No entanto, a bem da clareza, deixou patente a ideia de que, ao contrário daquilo que muitas vezes é dito no combate político relativamente às responsabilidades que vão ficando de mandato para mandato, sempre que se negocea antigas dívidas com a facilitação de pagamentos plurianuais que vão para além do limite do mandato deixa-se responsabilidades para as pessoas que futuramente forem eleitos para cargos políticos. Isso aconteceu com o anterior Executivo e está a acontecer agora com este Executivo.

O Presidente declarou que nunca se pôs em causa esse tipo de assunção de compromissos, pelo contrário, o que a CDU sempre disse foi que o tipo de compromissos que se assumiram no passado condicionam a actividade do momento, situação que tanto mais se agrava quanto mais avolumados forem esses compromissos, e ainda mais se são assumidos sem a mínima garantia de como e quando poderiam ser pagos. Concretamente em relação a esta dívida à EDP, o Presidente recordou que a maior parte dela também não foi contraída por este Executivo.

A Vereadora Regina Ferreira referiu que o que o Presidente mencionou é precisamente o que está a acontecer, uma vez que actualmente, relativamente ao Plano de Saneamento, o empréstimo está numa fase de carência e portanto este montante vai ter que ser pago em outros mandatos.

Deliberado por unanimidade ratificar o acordo assinado em Maio de 2012 relativo ao pagamento de dívida à EDP. Remeter para a Assembleia Municipal.

- **Município de Alpiarça – Despacho n.º 11/VF/2012 – Proposta de deliberação de aumento temporário dos Fundos Disponíveis no mês de Julho de 2012, nos termos do artº 4º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, no valor global de 1.398.298,34€.**

Deliberado por unanimidade aprovar o aumento temporário dos fundos disponíveis no mês de Julho de 2012.

- **Município de Alpiarça – Proposta de Normas de participação-Concurso de Melão de Alpiarça e concurso de melancia de Alpiarça.**

A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu algumas alterações de redacção do documento, as quais foram unanimemente aceites pelo Executivo.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de Normas de participação no Concurso de Melão de Alpiarça e Concurso de Melancia de Alpiarça.

- **Município de Alpiarça – Proposta de emissão de Parecer Prévio do Executivo Municipal para a Celebração do Contrato de Prestação de Serviços para fornecimento de refeições escolares para as escolas do 1º ciclo do Concelho para o Ano Lectivo de 2012/2013.**

A Vereadora Sónia Sanfona questionou o Presidente sobre os motivos do abaixamento do valor base da proposta deste ano em relação ao do ano passado. Pretendia a Vereadora perceber se o número global de refeições diminuiu ou se, eventualmente, se estaria a comprometer a qualidade do serviço prestado, o que poderia ser preocupante tendo em conta que se trata de refeições escolares.

O Presidente explicou que se trata de fazer cumprir o que está disposto na nova lei, isto é, a necessidade de fazer reduzir o valor destes contratos. Para além disso, a prospeção que os Serviços têm feito às empresas que prestam este serviço e aos preços praticados aponta a exequibilidade de adjudicação do serviço por valores mais baixos do que aqueles praticados até aqui.

A Vereadora Sónia Sanfona declarou compreender as razões apontadas pelo Presidente, mas alertou para a necessidade de assegurar que a empresa vencedora cumpra os requisitos de qualidade e as normas de segurança de um serviço de refeições escolares. A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Maria do Céu, acrescentou que a diminuição do valor base da proposta deve-se também ao facto de este ano não se ter apurado o número de refeições a contratar fazendo o somatório de todos os alunos da escola, uma vez que se verificou o ano passado, através da introdução do novo método de pagamento, que nem todos os alunos requeriam este serviço e que era possível fazer uma previsão do número de refeições necessárias.

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão do parecer prévio do Executivo Municipal para a celebração do contrato de prestação de serviços para fornecimento de refeições escolares para as escolas do 1º ciclo do Concelho para o ano lectivo de 2012/13. Submeter à Assembleia Municipal.

- Município de Alpiarça – Proposta de emissão de Parecer prévio do Executivo Municipal para a Celebração do Contrato de Prestação de Serviços para as Actividades de Enriquecimento Curricular das Escolas do 1º ciclo do Concelho de Alpiarça.

Deliberado por unanimidade aprovar a Proposta de emissão de Parecer prévio do Executivo Municipal para a Celebração do Contrato de Prestação de Serviços para as Actividades de Enriquecimento Curricular das Escolas do 1º ciclo do Concelho de Alpiarça. Remeter à Assembleia Municipal.

- Município de Alpiarça – Informação Interna 60/GE/ - Proposta de medidas económicas e apoios para os auxílios económicos 2012/13.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou ter intenção de votar favoravelmente esta proposta, uma vez que lhe parece cada vez mais compreensível que a Autarquia tenha este tipo de preocupações tendo em conta a situação do país e a progressiva carestia deste tipo de bens. A Vereadora comentou o facto de o Agrupamento ter decidido alterar os manuais escolares adoptados, o que impossibilita que muitas famílias reutilizem material já adquirido. Neste sentido, o reforço do Executivo nas verbas destinadas a este apoio é bastante meritório, embora ainda não esteja perto da promessa eleitoral da CDU que garantia que a Autarquia comparticiparia na totalidade os manuais escolares das crianças do Concelho.

O Vereador Carlos Pereira lembrou que houve alteração das regras do jogo que impossibilitam a concretização dessa promessa, nomeadamente os cortes das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de medidas económicas e apoios para os auxílios económicos 2012/2013.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- Município de Alpiarça – Espaços exteriores e edifício de apoio à Casa Museu dos Patudos – Alpiarça – Relatório Final.

A Vereadora Sónia Sanfona declarou que a sua posição de voto não tem que ver com os procedimentos técnicos tendentes à adjudicação desta obra, mas com o próprio projecto que lhe está subjacente, cujos pressupostos a Vereadora repudia terminantemente, dado que considera tratar-se de dinheiro mal gasto e um erro proceder à destruição da calçada e da vedação que lá existem para os substituírem por saibro e arbustos de qualidades e repercussões bastante duvidosas.

A Vereadora Regina Ferreira reiterou as palavras da Vereadora Sónia Sanfona, lembrando que sempre se opôs a este projecto e acrescentando que tinha alguma esperança de que o projecto ainda fosse objecto de reformulação, nomeadamente relativamente aos aspectos realçados pela Vereadora Sónia Sanfona.

O Presidente admitiu que qualquer opção estética que se tome está sujeita à diversidade de opiniões, tanto mais que esse é o campo onde as opiniões são mais divergentes. Quanto ao mais, o Presidente não concorda que a opção seja problemática, até porque se o fosse tanto a Direcção Regional de Cultura como o Instituto de Museus e Conservação ter-se-iam pronunciado contra o projecto. O Presidente considera também que não se perde nada por se alterar o estado de coisas,

até porque o que está implementado neste momento resulta de um conjunto de intervenções pontuais e desconexas. Também não admite que se fale em desperdício de dinheiro, uma vez que a verba afectada a esta obra fica abaixo daquela que estava inicialmente prevista consoante o projecto inicial, pelo que o Presidente considera que está a haver poupança.

A Vereadora Sónia Sanfona acrescentou que a destruição das infraestruturas existentes, principalmente a calçada portuguesa, que não é barata, representa desperdício de dinheiro, deixando ainda claro que nunca se pronunciou a favor do projecto inicial, tendo-se limitado a criticar a opção tomada por este Executivo e que será posta em prática.

Deliberado por maioria, com duas abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar o relatório final relativamente às obras dos espaços exteriores e edifício de apoio à Casa Museu dos Patudos.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- **Município de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação ao Orçamento – Alteração nº 11/2012.**

Deu-se conhecimento.

- **Município de Alpiarça – DMAF – Serviço de Contabilidade – Modificação às GOP's – Alteração nº 09/2012.**

Deu-se conhecimento.

TAXAS E LICENÇAS

- **Carlota Figueiredo – Requerimento de Licença Especial de Ruído para realização de Evento na Quinta da Torre, entre as 21h do dia 1 de Julho de 2012 e as 6h do dia 2 de Julho de 2012.**

Deliberado por unanimidade ratificar esta licença especial de ruído.

PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA

O Presidente colocou à votação entrada de um ponto fora da ordem do dia com a seguinte designação: “Proposta de Emissão de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos”.

A entrada do ponto foi aprovada por unanimidade.

- **Proposta de Emissão de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.**

Deliberado por unanimidade aprovar a emissão da autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte e duas horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.